



Paisagens, as janelas da alma geográfica

Landscapes, windows of the geographical soul

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde*  

Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

*Email para correspondência: rvalverde@usp.br

Recebido (Received): 29/02/2024

Aceito (Accepted): 17/03/2025

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o conceito de paisagem a partir de diferentes adaptações do método fenomenológico, procurando revelar seus campos de visão e significados. Para tanto, demonstramos as diferenças entre a forma de definição da paisagem que foi proposta na Geografia Clássica e o modo pelo qual as abordagens fenomenológicas sugerem as suas definições. Mais especificamente, conferimos visibilidade ao debate da visão como elemento central da paisagem, ressaltando os modos pelos quais a Geografia Humanística e as geografias pós-modernas dão ênfase à subjetividade, à imaterialidade e à consciência em suas compreensões. Os modos pelos quais a Geografia Humanística e as geografias pós-modernas conduzem seus aportes fenomenológicos não são iguais e as suas distinções foram destacadas neste texto. Ao fazê-lo, tais formas de trabalho geográfico têm contribuído para ampliar os sujeitos contemplados pela pesquisa geográfica, além de multiplicar as metodologias de trabalho na Geografia Humana de modo mais geral. Foi dada preferência às citações de fontes bibliográficas primárias, como Yi Fu Tuan, David Ley, Edward Relph, John Wylie, entre outros autores. Esperamos evitar os vícios das análises sintéticas e totais, que muitas vezes reduzem a diversidade do conhecimento geográfico. Por último, almejamos esclarecer dúvidas no emprego do conceito de paisagem que são comuns entre os alunos de Geografia.

Palavras-chave: Paisagem; Visão; Fenomenologia; Significado.

Abstract: The objective of this article is to investigate the concept of landscape from phenomenological perspectives, revealing its fields of vision and meanings. In order to do so, it demonstrates the differences between the definition of landscape in Traditional Geography and the way phenomenological approaches suggest its own definitions. Specifically, this article leaves visible the debate on vision as a central element of the landscape, highlighting the ways in which Humanistic Geography and postmodern geographies emphasize subjectivity, immateriality and consciousness in their understandings. The approaches that Humanistic Geography and postmodern geographies conduct their phenomenological contributions are not the same and their distinctions were underlined in this text. Thereby, such forms of geographic work have contributed to expanding the subjects covered by geographic research, in addition to multiplying work methodologies in Human Geography more generally. Preference was given to citations from primary bibliographic sources, such as Yi Fu Tuan, David Ley, Edward Relph, John Wylie, among other authors. We hope to avoid the biases of synthetic and total analyses, which often reduce the diversity of geographic knowledge. Finally, this article aims to clarify doubts in the use of the concept of landscape that are common among Geography students.

Keywords: Landscape; Vision; Phenomenology; Meaning.

1. Introdução

Este artigo tem, por objetivo geral, analisar o conceito de paisagem sob a ótica fenomenológica, a partir dos seus campos de visão e de significados. Tal proposta é desdobrada em muitas oportunidades de diálogo com o amplo conjunto de conhecimentos que chamamos de Geografia. Prestamos tributo à diversidade das contribuições da paisagem em nossa área de conhecimento, ao invés de sugerir uma forma ideal e única para este conceito. A justificativa para a sua realização se constrói justamente pela busca de uma maior precisão nas definições e diferenciação nas formas possíveis de trabalho. De modo mais específico, tentamos

comparar as distintas formas do trabalho fenomenológico da paisagem trazidas pela Geografia Humanística e pela geografias pós-modernas. Este objetivo dependeu da leitura da obra de autores como Edward Relph, David Ley, John Wylie e Gill Valentine, entre outros, como parte da qualificação dos seus entendimentos da paisagem que influenciaram diversos outros geógrafos. Ao fazê-lo, destacamos algo essencial aos olhares geográficos, parte da alma do que nos diferencia de outros campos das ciências humanas e sociais.

2. Pressupostos para o debate da paisagem sob a ótica fenomenológica

Primeiramente é preciso reconhecer que o conceito de paisagem é um dos conceitos mais antigos, possuindo múltiplas definições ao longo dos 150 anos da Geografia universitária. De modo complementar, a paisagem é sugerida como conhecimento estético em muito anteriormente aos usos e sentidos que são empregados na Geografia, na medida em que a *landscape painting* já a envolvia como parte do fazer artístico. A paisagem mobiliza simultaneamente em seu enunciado aspectos relativos à materialidade e à imaterialidade, à dimensão física-ambiental e à dimensão humana e social, à análise científica-objetiva e à forma subjetiva e psicológica. Em terceiro lugar, a paisagem convida a diferentes formas de apreensão e registro, talvez em sentidos que outros conceitos da Geografia nem sempre exijam. Ao mobilizar a discussão da paisagem, nos vemos então com um conceito que foi importante para formas tão diferentes quanto válidas, para entender o alcance da Geografia como um todo na atualidade e para a força dos estudos da cultura de modo particular. Em qualquer esforço panorâmico ou introdutório da paisagem, exige-se prestar tributo à Geografia e as suas diferentes formas de trabalho.

Porém, o esforço em responder a esta questão proposta não se encerra na própria multiplicidade de definições e de entendimentos da paisagem dentro e fora da Geografia. Ao longo do seu enunciado, a questão exige que este conceito seja lido por intermédio da fenomenologia e das suas possibilidades. Por si só, a discussão da diversidade da mobilização filosófica da fenomenologia e dos seus modos de leitura dentro da Geografia comportam importantes diferenciações. Por vezes, notava-se a ambição de que os estudos geográficos buscassem na fenomenologia uma fundamentação intelectual, retornando a Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty ou a outros intelectuais que pudessem justificar uma forma de trabalho específica dentro da Geografia (DARDEL, 1952/2019; GRATÃO & MARANDOLA JR, 2011; MARANDOLA JR., 2017). Em outros momentos, o uso da fenomenologia ocorria de modo menos profundo e intelectualizado, ao fazer apelo a uma valorização da dimensão empírica da pesquisa e/ou da abertura a um aspecto mais cultural no registro geográfico conduzido (SAUER, 1925/1998). Há ainda aqueles na Geografia, sobretudo na Geografia Crítica, que consideravam a fenomenologia uma espécie de estudo introdutório, problemático por definição, mas que poderia, nos melhores trabalhos, exemplificar uma discussão que seria analisada de modo mais longo por uma análise abstrata (COSGROVE, 2008; SANTOS, 1996/2006; TISSIER, 2004). Breve, a fenomenologia é aqui compreendida como portadora de mais de uma leitura dentro de nossa área do conhecimento.

O objetivo ainda nos permite problematizar o sentido dos “campos de visão” e da “ótica” na questão que foi proposta. Voltaremos mais adiante ao debate sobre a visão dentro da Geografia, mas podemos deixar claro nessa introdução que a tradicional ênfase no “olhar geográfico”, tão cara à Geografia Clássica (1870-1945), teve e ainda possui influência em algo que já foi definido como a exterioridade do conhecimento geográfico (CLAVAL, 2012; GOMES, 2013). No entanto, em que pese a supervalorização do entendimento da visão como a janela que permite o trabalho do geógrafo, é preciso considerar que o registro da visão não é igual para todos e é condicionado por um processo de consciência que ultrapassa o reconhecimento da dimensão material. Nesse sentido, o campo de visão é aqui proposto como envolvendo um processo de consciência mais amplo, no qual diferentes sujeitos podem sugerir percepções distintas para as mesmas paisagens (RELPH, 1970). Ainda que não exclusivamente, a Geografia Humanística se mostrou com particular interesse programático neste debate que contou com pioneiros anteriormente e visões distintas nos anos que viriam após a sua contribuição.

Os conteúdos mobilizados a seguir procuraram refletir, ainda que de modo parcial, os limites dessa busca que reúne paisagem, fenomenologia e visão como partes do conhecimento geográfico. A importância das formas de trabalho mencionadas ainda está sendo reconhecida no Brasil, mas definitivamente nos leva a considerar não apenas a contribuição ao debate da cultura na Geografia, mas também a sua capacidade de desafiar a própria ciência geográfica e seus lugares-comuns do que pode ou não ser estudado.

3. Paisagem e o alcance da visão externa

No *Dictionnaire de Géographie* organizado por Jacques Lévy e Michel Lussault, Tissier sugere uma chave de leitura que seria válida como entendimento geral da paisagem tanto na Geografia Clássica quanto nas formas mais atuais da Geografia Humana. De fato, Tissier sugere que “se concordarmos em definir a paisagem como o aspecto do país que ela apresenta a um observador, é necessário especificar as modalidades deste olhar que constitui o país como paisagem” (TISSIER, 2004: p. 697). Tissier confere ênfase ao sentido da visão, ao aspecto propriamente concreto da paisagem, que se reflete igualmente ao termo utilizado *contrée* (ver a obra de Vidal de La Blache) como sinônimo em língua francesa, que tem a sua etimologia ligada a estar de frente, visível, facilmente apreensível. A materialidade envolve uma certa combinação, uma composição estável e harmônica entre elementos fisiogeográficos (vegetação, relevo, hidrografia, propriedades da terra) e alguns aspectos da vida social, sobretudo vinculado ao padrão de ocupação (concentrado ou disperso, as grandes construções humanas) e as formas de trabalho da terra (ou diretamente dependente da mesma). A cena estável composta seria síntese visível e exprimiria algo que poderia ser, de algum modo, mobilizado como conhecimento humano e como habilidade por parte do geógrafo, um olhar treinado e objetivo capaz de rapidamente reconhecer o domínio exterior. Normalmente, tais estudos de paisagem eram pouco representativos dos sujeitos que a constituíam, pois favoreciam a cena, a janela pela qual o trabalho humano se apresentava de modo mais direto. Esse registro ainda é costumeiramente mobilizado como forma de definição e como uma das habilidades celebradas entre os geógrafos. Por exemplo, entre a produção acadêmica de Milton Santos e dos seguidores, a paisagem é apresentada como “domínio do visível”, “até onde a vista alcança”, “heranças de técnicas acumuladas” do material, ainda que se abra um pouco mais nos elementos analisados como parte da cena e possa falar em “cores” e “formas” que nem sempre ganhariam registros nos estudos clássicos (SANTOS, 1996/2006). O próprio peso secundário conferido a estes elementos como cores e formas que ultrapassam a objetividade e a exterioridade do olhar científico demonstra pouca abertura às possibilidades da Geografia. Se há registro de uma preocupação filosófica dentro dessa forma clara de entendimento, ele se faz de modo velado e com poucas consequências para o trabalho de seus autores. Sugerimos então que seja registrada que a exterioridade do conhecimento geográfico nestas concepções tão difundidas ao longo do século XX não apresentavam maiores interesses na fenomenologia, na subjetividade e na consciência humana, sugerindo as paisagens como uma sucessão de cenas, mas que tal sucessão seria finita. “Humanizar a paisagem” naturalizada e materializada era parte do registro que se realizava para introduzir outros conceitos e outras oportunidades que fogem do nosso objetivo.

Porém, esta não foi a primeira forma de trabalho da paisagem e tampouco a única existente ou difundida. O conceito já havia, por exemplo, sido enunciado no *Cosmos* de Humboldt (1847/1849). Para o autor, o elemento sintético entre o domínio físico e o domínio humano era ainda mais extenso do que aquilo que foi trabalhado na França a partir do final do século XIX. Humboldt considerava a paisagem para além do sentido da visão, para além da materialidade, tanto em plano natural quanto em plano social. Falava em temperaturas, pressão atmosférica, discutia elementos geológicos que não se apresentavam claramente à superfície, mas igualmente se preocupava que sua concepção total de paisagem deveria envolver as representações das pinturas de paisagem como conhecimento comparável a outros. Usava, também, bases da literatura, das artes de um modo geral, por vezes com registro de poesias não apenas como quebra do rigor científico. Para Humboldt, a arte e a estética eram partes constitutivas das paisagens, do olhar que se realizava sobre o mundo. Em suas palavras:

Para retratar a natureza em sua exaltada sublimidade, não devemos nos deter exclusivamente em suas manifestações externas, mas devemos descobrir sua imagem refletida na mente do homem, ao mesmo tempo preenchendo a terra onírica dos mitos físicos com formas de graça e beleza, e, por outro lado, desenvolvendo o nobre germe das criações artísticas (HUMBOLDT, 1847/1849: p.371).

O termo *landschaft* em alemão é polissêmico e remeteria a um “quadro” (ou janela) que é estabelecido pelo olhar, que apresentava, como discutem R. Hartshorne (1939/1951), C. Troll (1950/1997) e L. Waibel (1933), certa ambiguidade se deveria reconhecer o ponto de vista de quem a realiza. O alcance da paisagem exigiria alguma consideração subjetiva que Troll e Waibel criticaram no início do século XX, em busca de maior precisão e cientificidade no discurso geográfico. Para Oppel, a paisagem envolveria necessariamente questões psicológicas e imateriais em um debate que arrefeceu na Alemanha em meio às buscas de maior cientificidade ao discurso da Geografia no final do século XIX (OPPEL, 1887; VALVERDE, 2024).

Porém, para os objetivos que perseguimos aqui, cabe o registro de um paralelismo entre exterior e interior na cultura alemã, que ao menos em parte se diferenciava da forma anteriormente descrita. Nota-se

algum apelo à filosofia em alguns autores, como o próprio F. Ratzel cita rapidamente em *Volkerkunde* (1896, traduzido como *The History of Mankind* na Inglaterra e nos EUA). Tais passagens devem ser apenas brevemente comentadas, pois elas não refletiam, naquele momento do final do século XIX e início do século XX, uma pretensão de ampla discussão intelectual. Normalmente, elas cumpriam alguns restritos papéis. O primeiro seria reduzir a busca obsessiva das formas ideais, originais, em um sentido da evolução total de um determinado fenômeno dentro de uma realidade claramente definida. O segundo se inclinaria a estudar os fenômenos pelos modos que estes se apresentam no mundo, sem uma prévia preocupação teórica ou uma totalização posterior que pudessem de algum modo limitar demasiadamente o olhar. Terceiro, essa preocupação valorizaria o posicionamento dos fenômenos no mundo, na medida em que exigia que o seu entendimento fosse contextualizado pela experiência nos ambientes (VALVERDE, 2024).

A Geografia desenvolvida por Carl Sauer na University of Berkeley (EUA) se dedicou em grande parte a aperfeiçoar os fundamentos propostos pelos autores alemães para alcançar o desenvolvimento de sua definição de paisagem cultural. A força criadora da paisagem, na concepção de Sauer e seus seguidores, seria a cultura superorgânica, uma força que de certo modo ultrapassaria a soma do trabalho humano ou do simples peso determinante da genética individual. Apesar da ênfase material em sua morfologia da paisagem, do estudo da difusão de sementes e plantas, ou das mobilidades de grupos humanos e de suas formas construtivas, essa Geografia Cultural acrescentava novos elementos que pouco eram valorizados pela narrativa francesa que fizemos apelo anteriormente. Sauer falava diretamente em fenomenologia como parte de sua construção intelectual, sendo reconhecido por essa preocupação filosófica posteriormente por Yi Fu Tuan, por Edward Relph e por Nicholas Entrikin (SAUER, 1925/1998). Em suas palavras a Geografia seria entendida como fenomenologia na medida em que seria um: “processo organizado de aquisição de conhecimento, em lugar do significado restrito e corrente de um corpo unificado de leis físicas” (SAUER, 1925/1998: p. 13). Ao citar a fenomenologia, reproduzia ainda a curiosidade restrita dos autores alemães, mas definitivamente abria um novo conjunto de possibilidades que foram lentamente e gradualmente acrescidas como elementos parte da paisagem. Alguns passaram a buscar debates sobre memória, sobre patrimônio, outros falavam de música ou reconheciam os utensílios e a moda como parte de uma concepção de paisagem. Nem tudo na paisagem poderia ser explicado pela razão científica, como refletia em sua obra, ao argumentar que a paisagem seria: “uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como apenas físico” (SAUER, 1925/1998: p. 23). Aquilo que era digno da visão se ampliava de modo significativo, ainda que a análise primasse pelo caráter objetivo da análise. Em alguns dos seus últimos registros, Sauer escreveria sobre os viajantes espanhóis na América do Norte, em registros que consideravam não apenas as marcas materiais de suas passagens, mas também as suas percepções da viagem e o choque de visões de mundo (SAUER, 1966/1992).

Até este momento de nossa análise, reconhecemos que o peso da visão no registro da paisagem apresentou nuances até meados do século XX, mas que privilegiava o olhar externo e o registro objetivo e material do mundo como forma de trabalho (CLAVAL, 2012). A variação na consideração do que compunha de fato essa exterioridade do olhar geográfico não esconde de que mesmo as aberturas à subjetividade que se fizeram notar eram poucas, restritas e breves. A fenomenologia permitia, nos poucos casos em que foi enunciada, uma proposição para evitar os extremos do materialismo e do idealismo, valorizando as experiências daquele registro local. As “imaginações geográficas” ainda precisavam de novos agentes, contextos ou justificativas para que a internalização do olhar fosse de fato constituída. Afinal, até então, a produção geográfica estava mais ligada à concepção de “ciência dos lugares”, tal qual proposta por Vidal de La Blache, do que propriamente a de um reconhecimento de sujeitos como ponto central de seu esforço científico. Olhar para fora da janela se mostrava quase tudo o que a nossa visão conseguia alcançar na concepção de paisagem.

4. Paisagem e o alcance da visão interna

Definitivamente, a Geografia Humanística e as diferentes (e conflituosas) formas das geografias pós-modernas demonstraram maiores curiosidades e precisões nos usos da fenomenologia como método para o desenvolvimento de estudos da paisagem na Geografia. Ainda que nem sempre o conceito de paisagem tenha sido o principal nestas formas do trabalho geográfico, sobretudo dedicados às categorias de lugar, mundo vivido e espaço para a primeira, e corpo e territorialidade para a segunda, a paisagem cumpria um papel ao realçar a lida dessas referidas formas de trabalho com os registros geográficos da produção artística (literatura, pintura, esculturas) e dos afetos que derivam destas (CLAVAL, 2012; GRATÃO & MARANDOLA JR, 2011; RELPH, 1970).

Nesse sentido, um primeiro elemento para este novo tópico seria reconhecer que a visão geográfica exigiria um grau de consciência tanto em relação às sensações que são geradas quanto em relação sentimentos e julgamentos que são estabelecidos, cristalizados e compartilhados. A visão não seria mais aceita como um desdobramento biológico comum, médio entre todos e tampouco a capacidade de processar o que vemos seria nivelada como universal. O processo pelo qual experimentamos, apreendemos e comunicamos as paisagens exigiria um novo grau de abstração que reconhecia ainda a capacidade do olhar externo da Geografia que vinha anteriormente, mas desejava complementações ou, em alguns casos, mudanças dos registros fisiográficos, funcionais ou estruturais que pareciam dominar a Geografia até então. A visão na Geografia deveria envolver um processo de consciência mais amplo que levaria em conta as subjetividades e tradições que, em grande parte, eram diminuídas até então. “Colocar os seres humanos ao centro” parecia justificar a necessidade de novos olhares, sujeitos e temas de pesquisa geográfica (TUAN, 1980). Era por este encaminhamento de discussão que Tuan indagava:

Quais são os órgãos sensoriais e experiências que permitem aos seres humanos terem sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais? Resposta: cinestesia, visão e tato (...) para que tomemos consciência (...). Os olhos humanos, por terem superposição bifocal e capacidade estereoscópica, proporcionam às pessoas um espaço vívido, em três dimensões. A experiência, no entanto, é necessária (TUAN, 1977/1983: p.13).

O processo da consciência, no entanto, não era coincidente entre as duas formas do trabalho geográfico que foram citadas e tampouco responderam ao mesmo ritmo de desenvolvimento. Inicialmente, a discussão remete que uma visão mais sensível do mundo, que valorizaria as tradições que estariam sob risco de desaparecimento diante da urbanização, da industrialização e da Modernidade. Para tanto, a Geografia Humanística reconheceu que as formas de construção do conhecimento devem se basear no humanismo, ao valorizar aquilo que nos faz humanos, e não propriamente a nossa capacidade de transformar a natureza ou de nos reproduzir materialmente. Muito além dos indicadores da produção material, deveríamos destacar como lidamos como o mundo, criamos laços, estabelecemos conexões, com ritmos e escalas voltados para a concepção humana. Assim, a Geografia Humanística buscou inicialmente na Psicologia e na Biologia registros da percepção humana. Na síntese realizada por Claval, que reflete parte do desenvolvimento da Geografia Humanística, destacam-se as repostas não apenas de uma visão exterior, mas igualmente são colocados elementos derivados do olfato, do tato, dos odores como partes da nossa experiência do mundo. Em suas palavras esse esforço sensorial poderia ser sintetizado da seguinte forma:

O homem apreende o mundo através dos seus sentidos: ele observa as formas, escuta os barulhos e sente os odores daquilo que o envolve. Os movimentos do seu corpo constituem uma experiência direta do espaço. O gosto lhes revela, quando ele come ou bebe, outras propriedades do mundo que o envolve. O homem age primeiramente em função das indicações que ele recebe dos seus sentidos. As sensações são uma apreensão do real, mas só se tornam seguras quando assumem uma forma estável. Isto ocorre quando se superpõem à sensação de uma percepção. Os homens quase sempre ouviram falar de lugares que eles abordam antes de os pisarem, de modo que seu olhar não é mais perfeitamente novo. Sua experiência guiada por aquilo que eles aprenderam ao escutarem as pessoas em torno deles e discutindo com elas (CLAVAL, 2012: p.93).

Crianças, pessoas com problemas de mobilidade, limitações físicas à visão, idosos, entre outros, passariam a ser entendidos como portadores de geografias próprias, pontos de vista específicos e não mais como simples formas reduzidas ou distorcidas de uma única concepção de paisagem (TUAN, 1977/1983 e 1980/2013). O sentido das experiências desses seres humanos geraria outros recortes, formas, cores, sensações diversas para o desenvolvimento da Geografia. Em paralelo, a busca de fontes que não dependessem da Grande Narrativa da Modernidade (LYOTARD, 1979/2009) exigia buscar nas artes, nos mapas mentais, nos relatos, nos diários de campo a base para o registro da paisagem. Na medida em que esses registros demandavam nova capacidade de interiorização e subjetividade ao discurso, elementos filosóficos, artísticos e metodológicos inexistentes na Geografia até então passariam a se mostrar relevantes.

De fato, a paisagem era considerada agora múltipla, talvez infinita. A variedade dos registros era celebrada e não combatida. Edward Relph (1970) destacava essa nova dimensão aos estudos geográficos na perspectiva fenomenológica, ao sugerir que há muitas geografias possíveis, derivativas das múltiplas percepções do mundo, que podem ser imaginadas e/ou experimentadas. O que havia sido descartado como “impressionismo” poderia ser, agora, revisitado ainda que não do mesmo modo (VALVERDE, 2024). As obras artísticas possuiriam paisagens próprias, conectadas e separadas do mundo ao mesmo tempo. Livros e pinturas não seriam qualificados positivamente pelo grau de simetria e precisão com a paisagem real, mas

vistos pelo prisma de um jogo de consciência entre o autor e o mundo. Os grafites nas cidades poderiam ser vistos como registros sensíveis, afetivos, ao invés de vandalismo (LEY, 1979). É pela necessidade de um suporte intelectual (não apenas contextual ou material) que retornavam à fenomenologia como oportunidade ao desenvolvimento. Não há uma via única nem para registro do mundo e inexistia a forma total de busca filosófica para sustentá-la. No entanto, a Geografia Humanística manifestava como elemento comum as suas diferentes formas de trabalho uma curiosidade filosófica a ser associada à preocupação psicológica/biológica a partir da consciência humana. Deste modo, Relph sugeria que:

Na fenomenologia, a intencionalidade não se refere simplesmente a uma direção ou propósito deliberadamente selecionado, mas também a uma relação de existência entre o homem e o mundo. (...) Do ponto de vista desta intencionalidade, a essência do homem é vista como se fazendo presente na sua existência e na sua abertura ao mundo. O homem é entendido como fonte dos atos de intenção, e só através do estudo das intenções é que podemos compreender o mundo, pois são estas que dão sentido ao comportamento humano. O mundo é assim entendido como sendo essencialmente subjetivo (RELPH, 1970: p.194).

Isso significava dizer que a valorização do humano não significaria obrigatoriamente um registro único do indivíduo em sua manifestação fenomenológica. Guy di Méo tentou estabelecer essa curiosidade por parte da Geografia Humanística no seguinte enunciado sobre a forma como lidava com a fenomenologia:

O processo fenomenológico parte da descrição dos fenômenos, essas manifestações mentais do que se apresenta à consciência, esta sempre intencional de alguma coisa: objetos, lugares e paisagens, lembranças, percepções, imagens, entidades lógicas ou matemáticas... em seguida, o pensamento pode extrair de cada fenômeno, ao custo de uma supressão imaginária dos predicados supérfluos (*réduction eidétique*), uma 'essência' (*eidos*) ou ideia pura em forma genérica que transcende todas as figuras contingentes de suas inumeráveis representações. Essas essências organizam nosso pensamento ao mesmo tempo que nos constituem. Elas conferem sentido aos fenômenos que desfilam no fluxo de nossos vividos (DI MÉO, 2004: p. 712).

A partir da obra de Relph (1970), muitos concluíram que a fenomenologia permitiria romper o dualismo geográfico, na medida em que o sentido sintético da forma clássica (e externa) da visão da paisagem seria uma produção sem coerência, pela duplicidade das linguagens. O olhar interno da paisagem próprio a uma Geografia Humanística diria que a composição da paisagem seria, em última análise, uma resposta consciente, ainda que em contato com o mundo. Registrar a consciência, fazer jus a sua sensibilidade, ponderar o processo sem se pulverizar na individualidade ou reproduzir a estrutura seriam desafios constantes a esta fenomenologia da Geografia Humanística. A visão interna densa em conexão a uma experiência compartilhada do mundo se mostrava como campo de suas atividades.

O maior desafio desta forma de visão interna fenomenológica e para a sua construção teórica, sem sombra de dúvidas, teria sido a hesitação entre os registros da consciência das tradições ligadas à Terra e os sentidos da Modernidade, do seu trabalho e das suas expressões materiais. Di Méo (2004) procurou realçar o interesse da Geografia Humanística na obra de Eric Dardel, ao salientar os laços afetivos, existenciais e representacionais que eram próprios aos grupos tradicionais: “uma Geografia fenomenológica que leva em consideração as relações existenciais do homem e da Terra. Para Eric Dardel, estas definem uma geografia: inscrição primitiva, pré-social e afetiva do terrestre no humano e do homem sobre a Terra” (Di Méo, 2004: 712). A diminuição dos conflitos, da política e das trocas econômicas no processo constitutivo dessa curiosidade filosófica deteve longamente a busca da Geografia Humanística e o seu olhar interno. Para além da falácia presente na crítica que recebem sobre a falta de coerência teórica total que, diga-se de passagem, não existe em nenhuma forma de trabalho dentro da Geografia, o campo de visão da Geografia Humanística contribuiu para a ampliação dos sujeitos, temas, metodologias e arcabouço teórico geográfico, ainda que pareça buscar uma harmonia e sensibilidade que nem sempre o mundo seja capaz de oferecer.

Em nossa discussão sobre o olhar interno e a criação (e destruição) de paisagens, poderíamos ainda citar os esforços de uma nova fenomenologia conduzida por parte dos autores das geografias pós-modernas ao final do século XX. Nem todos os autores manifestaram a busca na fenomenologia como suporte teórico-metodológico para as suas obras e muitos procuram no poder das territorialidades, ou seja, na tentativa de controlar ou influenciar o comportamento de outros no espaço, o elemento central das suas produções

geográficas. No entanto, a paisagem tem sido mobilizada como elemento para ponderar as representações artísticas, midiáticas e seus suportes, na experiência cotidiana do mundo.

A concepção filosófica volta à consciência humana, entre elementos que são socialmente compartilhados e outros que desenvolvidos individualmente, mas sem a pretensão de que seu olhar seja sempre condicionado necessariamente por um tipo de oposição idealista com o tempo em que se insere ou com as estruturas que o cercam. É deste modo que Wylie sugeria a paisagem como uma “ideologia visual, expressando discursos diversamente elitistas, masculinistas, racializados e eurocêtricos” (WYLIE, 2013: p. 57). Tampouco manifestam os autores pós-modernos uma busca de afetos estáveis, compartilhados em grupos tradicionais bem-delimitados ou ainda em contato com a terra. Ao contrário, os autores pós-modernos costumam buscar fenomenologias urbanas voláteis, muito mais individualizadas, nos quais os olhares que lhe seriam característicos. Foi deste modo que Seamon argumentou na seguinte passagem:

Estas críticas questionam a inércia rígida e imutável descrita nos relatos humanísticos. Ao contrário, eles falam de movimentos mutantes e fluxos entre lugares, ideias, pessoas e estados-nação. Estes críticos favorecem a mobilidade, hibridismo, fluxo, não-lugares, hiper-mundos e heterotopias (SEAMON, 2017: p. 160).

As paisagens que seriam trazidas seriam portadoras de olhares internos e estratégias de exteriorização de manifestação ou performances que buscariam consolidar novos sentidos e novas forças sobre a paisagem. Para Wylie, esse olhar da paisagem exigiria “afastar-se de uma descrição da subjetividade em termos de observação racional e distanciada, em direção a uma compreensão alternativa do ser humano (...) em termos de envolvimento expressivo com o mundo” (WYLIE, 2013: p. 56). O trabalho de Gill Valentine (1996) sobre jovens surdas nas estações de metrô de uma certa forma ajuda a exemplificar esse debate: presas a certos códigos de comunicação, desenvolvem uma forma de consciência e de entendimento diferenciado, manifestando relações, usos e entendimentos diferentes do mundo. A paisagem é vivida, comunicada e performada em processos que aqueles que não fazem parte do grupo tem até mesmo dificuldade em compreender e identificar.

Por sua vez, Wylie partiu de uma fenomenologia baseada na categoria de “ausência” de Bachelard para propor um sentido de paisagem na qual o ponto de vista e a construção de significado são colocados em questão. Em seu estudo sobre os penhascos de Mullion Cove e as interações entre o “eu” e a paisagem, Wylie apresentou diferentes sentidos ou pontos de vista que poderiam ser estabelecidos de uma mesma base material, sem, com isso, eliminar o peso do mundo social, compartilhado. Em suas palavras:

uma série de tensões entre observador e observado, interior e exterior, invisível e visível é posta em movimento. Você pode parecer sentir (por um minuto, como eu) a presença viva do litoral, do mar e do céu, com isso experimentado como uma espécie de sintonia ou devir sublimemente despersonalizante: coincidência fenomenal de si mesmo e da paisagem. Ou então (lembrando os mortos), os bancos podem ser para você uma espécie de recurso meditativo e reflexivo, um lugar onde as coisas podem ser colocadas em perspectiva, e olhar para o horizonte distante, agora realmente um ponto de fuga. Ausência [colocada] no cerne do ponto de vista (WYLIE, 2009: p.278).

Nessas perspectivas fenomenológicas pós-modernas, os campos de visão exigem deambulações, demandam a capacidade de mobilizar ecleticamente a teoria em favor de uma abertura à militância ou ativismo em prol dessas formas de expressão e vivência (PEARSON, 2011; ROSE, 2006). Sugere então que a antiga busca da redução da diversidade na paisagem da Geografia Clássica é, em grande parte, empobrecedora. Os campos de visão estariam mais divididos e nossa capacidade de dialogar, nesse processo, são muito desafiadas pela multiplicação dos registros possíveis. As paisagens se superpõem e mobilizam suas cargas espaciais para além do que conseguimos processar, tanto individualmente quanto coletivamente.

5. Considerações finais

Os estilhaços da alma geográfica, da “janela” que a definição de paisagem clássica teria aberto como sua grande contribuição, formam hoje oportunidades em que a ótica fenomenológica desafia tanto a nossa forma de produzir conhecimento, quanto as nossas próprias concepções de mundo ou ciência. Cada estilhaço possuiria seu próprio significado, campo de visão diferente para paisagens cada vez mais diversas e provocativas. Além disso, poderiam ser interpretadas em diferentes sentidos, dependendo dos sujeitos.

Merleau-Ponty antecipava o argumento ao traduzir as preocupações do pintor expressionista francês Paul Cézanne, que afirmava que “a paisagem pensa a si mesma em mim e eu sou sua consciência. Nada está mais distante do naturalismo do que essa ciência intuitiva” (MERLEAU-PONTY, 1942/2004: p. 119). A afirmação das fenomenologias das paisagens como conhecimento geográfico depende então de uma valorização de seus processos de consciência que ainda estamos aprendendo a reconhecer e a lidar.

Os estudos fenomenológicos na Geografia definitivamente têm contribuído para uma ampliação do reconhecimento da paisagem, da ampliação do entendimento da visão e de suas formas de registro. Tais registros não substituem, diminuem ou desqualificam as formas da Geografia Clássica, mas confirmam um processo de coexistência de conflituosas leituras da paisagem (VALVERDE, 2024). Portanto, defendemos que é sempre necessário esclarecer o que compõe o “olhar geográfico” ao qual nos referimos (GOMES, 2013), na medida em que, em uma Geografia diversa, seus conteúdos não são evidentes.

Referências

BERQUE, A. **Médiance — de milieux en paysages**. Montpellier: Reclus, 1990.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 2012.

COSGROVE, D. **Geography and Vision: Seeing, Imagining and Representing the World**. London and New York: I.B. Tauris, 2008.

DARDEL, E. **O homem e a Terra – natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 1952/2019.

DI MÉO, G. Phénoménologie. In: LÉVY, J. & LUSSAULT, M (orgs). **Dictionnaire de Géographie**. 2004. p.712.

ENTRIKIN, N. The world in plain view. In: DANIELS, S.; DELYSER, D.; ENTRIKIN, N.; RICHARDSON, D. **Envisioning landscapes, making worlds – Geography and Humanities**. London: Routledge, 2011, p. 84-93.

GOMES, P.C.C. **O lugar do olhar – Elementos para uma Geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GRATÃO, L.H.B. & MARANDOLA JR, E. Sabor da, na e para Geografia. **Geosul**, Florianópolis, v. 26, n. 51, p 59-74, 2011.

HARTSHORNE, R. **The nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past**. Taylor & Francis, 1939/1951.

HUMBOLDT, A. **Cosmos: sketch of a description of the universe – vol. II**. London: Longmans, Brown, Green & Longsman, 1847/1849.

LEY, D. Social Geography and the Taken-for-Granted World. In: GALE, S., OLSSON, G. (eds) **Philosophy in Geography**. Theory and Decision Library, vol 20, 215-236, 1979.

LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979/2009.

MARANDOLA JR., E. Morte e vida do lugar: a experiência política da paisagem. Pensando: **Revista de Filosofia** (UFPI), v. 8, p. 33-50, 2017.

MERLEAU-PONTY, M. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 1942/2004. p.113-126.

OPPEL, A. **Landschaftskunde: Versuch einer Physiognomik der gesamten Erdoberfläche in Skizzen, Charakteristiken und Schilderungen**. Breslau: Hirto Verlag, 1887.

- PEARSON, M. Deserted places, remote voices: performing landscape. In: DANIELS, S.; DELYSER, D.; ENTRIKIN, N.; RICHARDSON, D. **Envisioning landscapes, making worlds – Geography and Humanities**. London: Routledge, 2011, p. 280-286.
- RATZEL, F. **The History of Mankind**. London: MacMillan & Co, 1896.
- RELPH, E. An inquiry into the relations between Phenomenology and Geography. **Canadian Geographer**, vol. XIV, nº3, 1970, pp. 193-201.
- RELPH, E. **Rational Landscapes and Humanistic Geography**. London: Routledge, 1981/2015.
- ROSE, M. Gathering “dreams of presence”: a project for the cultural landscape. **Environment and Planning D: Society and Space**, volume 24, p. 537-554, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996/2006.
- SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1925/1998, p. 12-74.
- SAUER, C.O. **The early Spanish Main**. University of California Press, 1966/1992.
- SEAMON, D. Lived Emplacement and the Locality of Being: A Return to Humanistic Geography? **Revista NUFEN: phenomenology and interdisciplinarity**, 147-168, 2017.
- TISSIER, J.L. Paysage. In: LÉVY, J. & LUSSAULT, M (orgs). **Dictionnaire de Géographie**. 2004. p.697-700.
- TROLL, C. **A paisagem geográfica e sua investigação**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, n. 4, jun., p.1-7, 1950/1997.
- TUAN, Y.F. **Landscapes of fear**. University of Minnesota Press, 1980/2013.
- TUAN, Y.F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1977/1983.
- VALENTINE, G. Angels and Devils: Moral Landscapes of Childhood. **Environment and Planning D: Society and Space**, 14(5), 581-599, 1996.
- VALVERDE, R.R.H.F. **O jogo da amarelinha: saltos para a institucionalização da Geografia Cultural no Brasil**. Tese de Livre-Docência do Departamento de Geografia. São Paulo: FFLCH/USP, 2024.
- VALVERDE, R.R.H.F. Corporeidade e multiterritorialidade na Geografia Cultural: além da dominação, da resistência e da tradição. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, p. 4-25, 2012.
- WAIBEL, L. Was verstehen wir unter Landschaftskunde? **Geographischen Anzeiger**, n.34, 1933, pp. 197-207.
- WYLIE, J. Landscape and phenomenology. In: HOWARD, P.; THOMPSON, I.; WATERTON, E.; ATHA, M. **The Routledge companion to landscapes studies**. Routledge, 2012. p.54-65.
- WYLIE, J. Landscape, absence and the geographies of love. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 34 (3), pp. 275–289, 2009.



Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual (CC BY-NC-SA)*.